

Ata da 45ª Reunião Ordinária do
Comitê da Bacia Hidrográfica
do Rio Piracicaba - MG

No mesmo dia do mês de fevereiro de dois mil e onze, às dez horas, foi iniciada a quadragésima quinta reunião ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba - MG - CBH Piracicaba. No, no Auditório do Centro Cultural, em São Gonçalo do Rio Abaixo - MG, reunião esta convocada com antecedência de 15 dias, a presidência do Juiziflh Chaptlh Felipe (Adesgra). O 1º secretário do CBH Piracicaba MG, Juiz Cláudio Figueiredo (Vale), deu início à reunião cumprimentando a todos, esclareceu que o número de 25 conselheiros presentes, podendo, maior que o número necessário para o quórum deliberativo que é de 19 membros. Agradeceu a hospitalidade da Procuradoria de São Gonçalo proporcionando local e condições necessárias para a realização dessa reunião. Na sequência, considerou os membros da direção para as respectivas fases de abertura. Juiziflh Chaptlh Felipe agradeceu a presença de todos, falou da importância desta reunião e da continuidade dos trabalhos. Em relação à cobrança, falou também da criação de um plano de comunicação para o comitê, apresentou o momento para apresentar liberação financeira, a 2ª secretaria administrativa deste CBH, falou ainda das oficinas de capacitações para elaboração de Projetos e da necessidade de realizar encontros nas datas ambientais relevantes. Logo após, Benício Moraes Pardizão (Emater), 2º secretário, discorreu sobre a evolução do comitê nesses 10 anos e a importância de debater assuntos relacionados à melhoria da qualidade e ao aumento da quantidade de água da Bacia do Piracicaba. Luís de Marillac, em nome da Diretoria geral do JGAM, Drs. Eliéde Pedrosa, parabenizou a todos pelos 10 anos do CBH Piracicaba MG, salientou que mais importante do que escolher o cenário para a cobrança é diálogos com os diversos segmentos em prol da gestão dos recursos hídricos na Bacia. Ressaltou que o objetivo do JGAM nas reuniões é de acompanhar e esclarecer as questões Técnicas que surgiram, e salientou ainda as presenças dos representantes da Agência Nacional da Água (ANA). Patrick Ghosh, Nelson Góridas e Ney Murtinho, além dos representantes do JGAM. Suíz Uli passou para o item 1 da pauta da reunião - aprovação da ata da 6ª reunião Extraordinária do CBH Piracicaba. José Ângelo Paganini (Fundação Vale) tomou

que a mesma já havia sido aprovada na reunião anterior, em Coronel Fabriciano. Luiz Cláudio se desculpou pelo equívoco ocorrido. Em seguida, explanou sobre o cronograma de implementação da cobrança, integrante do Pacto, e da importância da aderência aos prazos previstos, um comprometimento no âmbito deste CBTU Piracicaba. MG. Destacou a previsão de realização de reunião do GTAI - Grupo Técnico de Articulação e Planejamento de Implementação da Cobrança para o próximo dia 23 de fevereiro, quando serão discutidas as propostas encaminhadas por cada CBTU da Bacia do Rio Doce, numa tentativa de harmonização dessas propostas, cuja versão final deverá retornar a este e demais CBTUs. Como encaminhamento das sugestões oriundas desta reunião para a reunião do GTAI foi proposta e acatada a forma de um ofício consolidando os resultados obtidos nos debates. Luiz Cláudio passou então para a discussão do item 2 de pauta. Discurso sobre a minuta do edital de seleção da Agência da Bacia do Rio Doce e afluentes. Foram discutidos quatro pontos da minuta de edital, referentes: à composição do corpo executivo da agência; à estrutura de apoio aos comitês; à forma de deliberação do comitê sobre a proposta de entidade aprovada; e, aos requisitos mínimos para o cargo de Diretor Geral. Durante os debates desse item de pauta ficou definido pela plenária, em votação com 37 votos favoráveis, que os pontos não consensuados na reunião deviam ser encaminhados no ofício ao GTAI, com o destaque de que foram dizerídidos pela plenária, mas não votados. O encaminhamento final ao GTAI das propostas relacionadas ao edital da agência ficou conforme consta no ofício anexo. Passando ao item 3 de pauta. Discurso sobre os valores e os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia do Rio Piracicaba, foi concedida a palavra ao Gláucio Araújo (SAAE Itabira), para apresentação sobre os resultados da reunião do setor de saneamento, realizada no último dia 4 de fevereiro, em Belo Horizonte. MG, com relação aos mecanismos e aos valores de cobrança. Gláucio fez uma explanação dos principais pontos tratados na reunião, com destques para a proposição da adoção dos PPU's, relacionado ao cenário 2C apresentado no GTAI e para a definição de 2% da receita bruta como limite máximo do valor de cobrança a ser aplicado às empresas.

de saneamento que se enquadravam um critério de isenção a serem propostos pela agência e aprovado pelo comitê. Luiz Fernando Ribeiro (COPAST) fez a palavra para indicar a discordância da COPAST com a proposta encaminhada, indicando que a imprensa defendia a adoção dos PPVs relacionados no artigo 5º, Nrn a adoção do limite máximo proposto pelos STATEs. Após os pronunciamentos em defesa das duas propostas, José Ángelo Paganini propôs que elas deviam ser encaminhadas ao GTAI, o que contou como a concordâncias plenárias. Com relação ao desconto a ser aplicado no ato agropecuário, ficou definido o valor de 0,05 para o fator de multiplicação do valor final da cobrança, relativos a um preço vinte vezes menor. Foi também discutido o acréscimo percentual a ser aplicado na cobrança pelas águas transpostas Bacia do Piracicaba, iniciando-se pelo próprio concelho de Transposição. Não houve acordo sobre essa última questão, houve discussões sobre os percentuais a serem aplicados, havendo duas propostas, uma de 1,2 e outra de 1,5. Conclui-se que as duas propostas seriam encaminhadas, assim como se aguardaria pela definição de posição. Nos debates relacionados à definição do Kcapolasse, foi decidida a adoção dos valores constantes na tabela constante do ofício de encaminhamento ao GTAI, em anexo, além da inclusão de outra tabela relacionada à qualidade da água efetivamente captada no uso de água. Discutiu-se também a adoção de um fator de majoração para a captação de águas subterrâneas, sendo apresentadas argumentações favoráveis e também contrárias. Ao final definiu-se o envio das duas propostas ao GTAI, uma pela majoração e outra pela isenção, com os valores a serem praticados para as águas superficiais. Os debates foram então direcionados para a proposta do setor de mineração de adoção de condições específicas de cobrança para a água subterrânea captada com a finalidade de baixamento do nível de água, no entendimento de que deviam ser aplicadas diretrizes constantes das Resoluções CNR/H n° 29/2002 e n° 55/2005 para os assos de outorga nos imprevidimentos minerais. Foi proposta apresentada pela Sônia Ferreira (JGAM) sobre as funcionalidades do CNR/H em atendimento às demandas apresentadas pelo segmento. Como houve discordância por parte dos representantes do setor de mineração, ficou definido o encaminhamento da proposta ao GTAI conforme apresentada. Com relação à adoção de um desconto

valores de cobrança relacionados às boas práticas de uso e conservação da água adotadas pelo usuário, sugeriu-se a definição de um Kcap conforme central e critérios propostos pela Agência de Bacia e aprovados pelo CBH Piracicaba - MG até o segundo ano de implementação da cobrança. Esse forma de garantir o seu cumprimento, sugeriu-se a sua inclusão no contrato de gestão ou como uma das metas atreladas à proposta de concessividade dos PPVs. Foi proposto ainda que essas boas práticas sejam consideradas na definição do K a ser aplicado ao setor agropecuário. Sendo os debates desse item de pauta, ficou definido que o ofício de encaminhamento das propostas desta reunião ao GTAJ devia ser encaminhado para conhecimento prévio e sugestões de alterações ou adequações a todos os membros do comitê até o dia 11 de fevereiro, de forma que as contribuições pudessem ser reunidas e consolidadas no documento a tempo de atendimento do prazo de 15 de fevereiro definido pelo GTAJ. Atendendo ao item 4 da pauta, foi informado sobre as discussões da CTPD sobre o referendo do PIRH e PARH Piracicaba. A assembleia aprovou a DN 10/2009, retirando do texto a expressão referendum. Ainda no âmbito desta reunião, foi promovida pelo IGTM a entrega formal dos volumes do PIRH e do PARH aos membros da Diretoria do CBH Piracicaba - MG, nos formatos impresso e digital. Nos assuntos gerais, foi apresentado pelo IGTM o ofício do JEF com interesse em participar da composição do CBH, não havendo discordância pela plenária. As dezesseis horas e Trinta minutos, nada mais havendo a tratar, seu, Luiz Cláudio Figueiredo, laziu a presente ata, que após aprovada em reunião plenária será assinada por mim, 1º Secretário, e pelo Presidente do CBH Piracicaba - MG.

Ata aprovada em 14 de junho de 2011, por ocasião da 47ª Reunião Ordinária

LCFJ